

Estratégia de Desenvolvimento Local – Pinhal Maior

NOME BENEFICIÁRIO	Pinhal Maior-Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul
NIFAP	7166413
DESIGNAÇÃO	EDL Pinhal Maior
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

1.A Estratégia de Desenvolvimento Local consiste numa estratégia, tendo por base a análise SWOT realizada, que deve cobrir as áreas em que sejam detetadas maiores oportunidades a potenciar, ou fragilidades a serem corrigidas, independentemente de serem da esfera de atuação do DLBC;

A EDL Pinhal Maior reflete a continuidade do trabalho desenvolvido ao longo de 30 anos em prol do desenvolvimento do território do Pinhal Interior, mas que opera com novas atividades e que promove o desenvolvimento ambiental, social e económico; sermos o centro da simbiose da sustentabilidade. A caracterização, a Análise SWOT e a Macroestratégia abaixo, contemplam as áreas em que são detetadas maiores oportunidades a potenciar, ou fragilidades a serem corrigidas.

2. Caracterização do território, com delimitação ao nível da freguesia, com enfoque para a sua tipologia Rural ou Não Rural¹;

O GAL Pinhal Maior - Associação Desenvolvimento Pinhal Interior Sul – atua desde 1994 num território de intervenção constituído por cinco municípios da NUT II Centro (Mação, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei), subdivididos entre a NUT III Médio Tejo (Mação) e a NUT III Beira Baixa (Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei) (divisão ao abrigo da Lei n.º 24-A/2022, de 23 de dezembro) – 33 freguesias rurais (totalidade), 1920 km², 36 521 habitantes (2021). De acordo com a Divisão Administrativa de 2013, os municípios ao abrigo do GAL Pinhal Maior são compostos na totalidade por freguesias rurais. Situado na Região Centro, também conhecido como Região do Pinhal Interior, o território de intervenção possui características físicas e humanas *sui generis*. A natureza e a paisagem são o *ex libris* do território, constituindo-se como motores de dinâmicas socioeconómicas muito importantes para o território e para as populações locais. A exploração agro-silvo-pastoril continua a marcar presença e a desempenhar um papel essencial nestes domínios. Ao mesmo tempo, as paisagens verdejantes das serras de Bandos, Caniçal, Bouçã, Amêndoa, Covões e da Melriça, os rios do Zêzere, do Tejo e do Ocreza, a cultura e a gastronomia do território têm contribuído para o crescimento da atividade turística, impulsionadora do tecido económico da região. Recentemente, têm-se desenvolvido muito positivamente as fileiras da viticultura, da apicultura, do olival, dos citrinos, da cereja e a recolha de leite caprino. Os retalhos do território evidenciam a existência de um povoamento disperso, preenchido com aldeias de pequena dimensão, onde se preservam culturas e tradições vernaculares. Locais repletos de história e de estórias, onde muitas vezes impera, ainda, o isolamento e a solidão e onde as coletividades locais desempenham um papel reforçado de animação destas aldeias. Com as suas características intrínsecas, a região encerra um conjunto de desafios, fragilidades e constrangimentos – nomeadamente, uma população envelhecida e em decréscimo e uma economia débil e enfraquecida - mas também inúmeras oportunidades, nas quais é necessário continuar a investir e a apostar – nomeadamente nos seus recursos estratégicos - de modo a potencializar o seu desenvolvimento, para minimizar as fraquezas e as ameaças e valorizar as suas características próprias – as quais representam a apetência para grandes investimentos no território.

¹ Todos os dados estatísticos referenciados ao longo do documento – Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2021

3. Caracterização da parceria com todos os seus membros e comprovação da sua adesão à mesma (através da assinatura do Protocolo de Parceria e adesão à Estratégia de Desenvolvimento Local, proposta, bem como definição do modelo organizacional que será seguido para a gestão de fundos comunitários, em particular no âmbito do FEADER).

A parceria possui a denominação de “GAL Pinhal Maior”. É constituída por um vasto conjunto de entidades públicas e privadas dos municípios de Mação, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertão e Vila de Rei, bem como entidades regionais e subregionais. Como comprovativo, encontram-se inseridas, em anexo, no portal do Balcão 2020, as Cartas de Adesão (Anexo 1).

Segue-se o Modelo Organizacional da Parceria – um modelo que pretendemos pouco burocrático, mais eficiente, mais democrático e mais participativo.

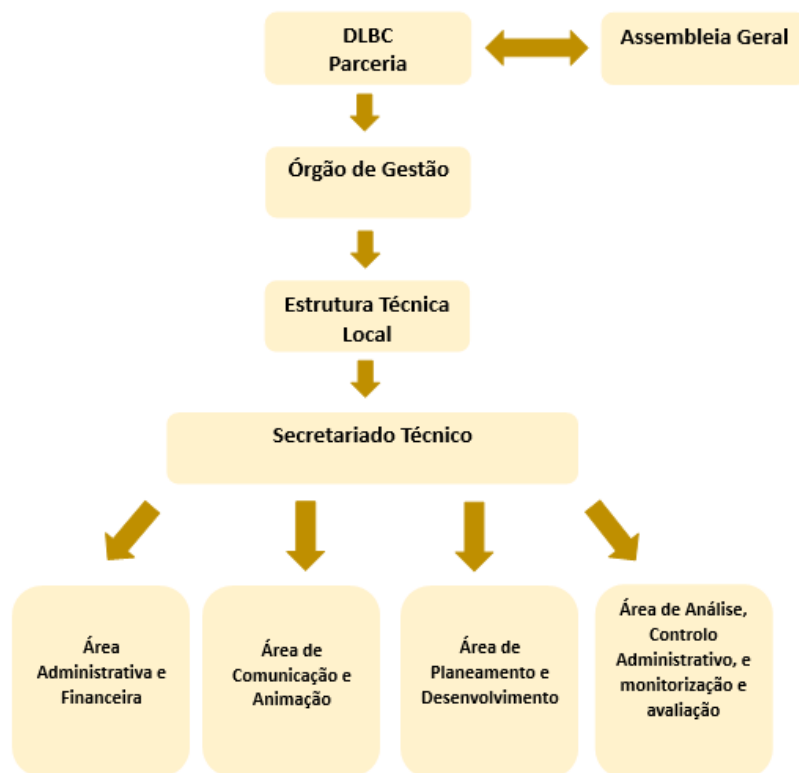


Figura 1 – Modelo Organizacional Parceria Pinhal Maior

Uma estrutura organizacional que opera de forma eficiente, baseada num modelo elaborado para proporcionar uma maior eficiência à parceira e ao território, para assim se alcançar uma maior eficiência coletiva. O Órgão de Gestão será composto por elementos do setor público e privado, sendo que, a sua constituição será maioritariamente composta por elementos deste segundo setor. O Secretariado Técnico encontra-se estruturado em torno de uma área de coordenação e em quatro áreas funcionais (Área Administrativa e Financeira, Área de Comunicação e Animação, Área de Planeamento e Desenvolvimento, Área de Análise, Controlo Administrativo, e Monitorização e Avaliação), visando o respeito pelo princípio da segregação de funções com uma clara separação entre as funções previstas para cada área.

Nº de parceiros por setor:

No que respeita à parceria da EDL Pinhal Maior, esta será constituída por 49 parceiros que se enquadram nos diferentes setores (Agricultura:5; Agroalimentar:2; Ambiente:2; Educação:7; Floresta:4; Indústria:1; Património/Cultura:1; Social: 3; Turismo:3; Outros: 21). No documento “Anexo 1 – Cartas de Adesão”, anexo à candidatura, encontram-se listadas as atuais entidades parceiras, bem como todas as entidades que não renovaram a parceria – com explicitação dos motivos pelos quais já não integram a mesma. No mesmo documento estão ainda mencionados os novos parceiros da EDL Pinhal Maior.

NOTA: Em anexo à candidatura, encontra-se ainda as listas de presença das várias reuniões/sessões de trabalho (Anexo 2 e Anexo 3), vem como as demonstrações financeiras referentes ao ano de 2022 de todos os parceiros a comprovar a sua atividade (Anexo 4).

4. Diagnóstico da situação do território de intervenção, à partida, através de uma análise SWOT, em que sejam, especificamente caracterizados os seguintes aspetos:

PONTOS FORTES

- aumento da população imigrante - saldo migratório entre os 52 indivíduos (Mação) e os 69 (Vila de Rei) (2021);
- aumento dos níveis de escolaridade da população, especialmente nos grupos mais jovens;
- diminuição da percentagem de população sem nenhum nível de ensino - 10,61%. (2021) contrastando com os 20,43% (2011).

PONTOS FRACOS

- perda de população –36 521 habitantes em 2021, representando uma perda de 10,28%, face a 2011;
- envelhecimento populacional crescente – Índice de Envelhecimento entre os 31,3% (Sertã) e os 45,7% (Oleiros) (2021);
- agravamento da tendência de abandono do território;
- redução dos valores de densidade populacional;
- baixas taxas de natalidade – 2,6% (Oleiros) e 7,6% (Vila de Rei) – média nacional de 8% (2022).

População

OPORTUNIDADES

- desenvolvimento de projetos e iniciativas dedicadas à integração de novos imigrantes;
- aumento da competitividade do território, pelo aumento das qualificações dos grupos mais jovens;
- incentivos municipais à fixação de grupos etários mais jovens;
- atração de “novos rurais”;
- aposta na formação como ferramenta auxiliar para a atração e fixação de população.

AMEAÇAS

- Diminuição da competitividade do território pelo abandono de grupos com elevadas qualificações – “fuga de cérebros”;
- défice futuro no contexto da inovação, pelo declínio demográfico e inerente diminuição das qualificações;
- aumento da dificuldade de prestação de serviços de apoio à terceira idade;
- despovoamento e aumento do isolamento social nas aldeias;
- dificuldade de integração de novos grupos estrangeiros imigrantes.

PONTOS FORTES

- crescimento do setor terciário, com criação de novos postos de trabalho, capazes de promover a integração de pessoas mais vulneráveis ao risco de exclusão social;
- disponibilização de espaços de *coworking* para a mentação de microempresas;
- preço baixo do m² dos terrenos industriais para criação de empresas;
- número crescente de ações e formações que promovem a integração no mercado de trabalho, a formação ao longo da vida ou o aumento das qualificações.

PONTOS FRACOS

- incapacidade do território em fixar e atrair pessoas qualificadas, mesmo perante a criação de oportunidades de trabalho adequadas;
- fraca existência de relações de cooperação entre empresas;
- fraca capacidade de projeção das empresas no contexto nacional e internacional;

Economia e Emprego

OPORTUNIDADES

- aproveitamento do potencial turístico da região para a criação de emprego e dinamização do tecido económico;
- programas comunitários de financiamento à inclusão social e à promoção e diversificação do emprego;
- aposta nas parcerias público-privadas para a dinamização, promoção e desenvolvimento do território;
- aposta em atividades económicas ligadas à bioeconomia e economia circular, capazes de potenciar o crescimento do valor económico para a região;
- aposta na agricultura biológica como criadora de novos negócios e postos de trabalho;

AMEAÇAS

- dificuldades acrescidas à sobrevivência do comércio local, pelo crescente investimento no comércio em grandes superfícies;
- deslocalização de empresas e consequente perda de postos de trabalho;
- perda de competitividade das empresas locais, quando colocadas num âmbito territorial mais alargado, com outros territórios mais competitivos.

PONTOS FORTES

- elevado potencial florestal;
- envolvente paisagística e ambiental – Diversidade de biodiversidade;
- boa qualidade do ar – região com potencial de sumidouro de carbono;
- diversidade e riqueza da gastronomia local;
- crescimento da aposta na diversificação de produtos obtidos através da exploração florestal (e.g. pellets)
- elevada expressividade de recursos biológicos, com potencial para criação de valor económico, social e ambiental acrescentado;
- potencial da região como sumidouro de carbono;
- Áreas Integradas de Gestão da Paisagem.

PONTOS FRACOS

- persistência das monoculturas florestais - eucalipto e pinheiro-bravo;
- falta de ordenamento florestal;
- grande incidência de incêndios rurais, com grande capacidade destrutiva;
- diminuição da superfície agrícola utilizada;
- reduzida participação dos grupos mais jovens na atividade agrícola e florestal, como negócio ou como complemento económico;
- desinteresse dos grupos mais jovens pela aprendizagem de artes e ofícios tradicionais.

Recursos Naturais e Culturais

OPORTUNIDADES

- elevado potencial turístico da região pela diversidade de recursos naturais, paisagísticos e culturais;
- incrementar a associação entre a tecnologia e a melhoria dos processos produtivos;
- incentivo à agricultura biológica como ferramenta chave para a proteção dos recursos naturais e biodiversidade, e para a redução de incêndios rurais;
- contributo das Áreas de Gestão Integrada da Paisagem (AIGP) para ordenamento florestal/do território;
- diversificação e maior expressividade das espécies autóctones florestais;
- fomento de sinergias entre a atividade agrícola e a gestão e produção florestal;
- partilha de experiências entre gerações para combater o isolamento;
- aproveitamento das potencialidades do mercado de carbono – região como sumidouro de carbono.
- aposta na agricultura biológica como criadora de novos negócios e postos de trabalho;

AMEAÇAS

- incêndios rurais e florestais, com potenciais efeitos devastadores;
- perda de fundo de fertilidade dos solos com elevada aptidão florestal, pela persistência das monoculturas, como o eucalipto;
- perda de biodiversidade associada à monocultura florestal;
- desmotivação na aposta e investimento no setor agrícola, em especial pelos grupos mais jovens;
- risco de desaparecimento de artes e ofícios tradicionais.

PONTOS FORTES

- boa cobertura da rede viária-proximidade a importantes eixos rodoviários (IC8, A23 e A13);
- crescimento das infraestruturas de apoio à infância e à terceira idade;
- aumento do número de entidades e de projetos destinados à integração e inclusão social;
- aumento dos níveis de escolarização da população em idade ativa;
- existência de transporte a pedido em três dos municípios (LINK - CIM Médio Tejo) e potencial para expansão;
- rede de produtores biológicos;
- recolha e comercialização da produção dos produtores biológicos, com a mais-valia da compra de produtos a um preço justo – projeto “Bioberço da Lusitânia”;
- apoio aos produtores na certificação da produção biológica;
- aposta nos circuitos curtos (e.g. iniciativa “Os Quintas nas Praças do Pinhal” e existência de circuitos de distribuição de produtos de agricultura biológica nos estabelecimentos de ensino da região).

PONTOS FRACOS

- fraca cobertura da rede de transportes públicos;
- fraca capacidade negocial, devido à reduzida dimensão dos pequenos produtores;
- atividade agrícola em regime de pluriatividade – fraca expressividade da agricultura como atividade principal;
- fraca diversificação de produtos comercializados a partir de produtos locais (e.g. medronho – essencialmente para produção de aguardente);
- não existência de maquinaria / equipamento adequado à transformação de alguns produtos endógenos.

Produção, Infraestruturas e serviços básicos

OPORTUNIDADES

- promoção do envelhecimento ativo;
- crescente aposta na certificação e diversificação de produtos;
- crescente interesse do mercado na procura de produtos endógenos de qualidade;
- aumento da realização de mercados – aumento da distribuição da produção local em circuitos curtos (e.g. supermercados locais, restaurantes, etc);
- potencial de utilização/investimento em energias renováveis, na agricultura e produção florestal;

AMEAÇAS

- abandono do território – em especial por grupos qualificado
- capacidade da atual crise económico-financeira em aumentar situações de carência e exclusão social;
- risco de exclusão social em grupos de população estrangeira que imigrem para o território;
- risco de desaparecimento de alguns ofícios e artes tradicionais, pelo envelhecimento da população e pelo desinteresse dos grupos mais jovens;

PONTOS FORTES

- aposta na agricultura em modo de produção biológico;
- existência de uma central de produção de biomassa (Palser - Sertão);
- elevado potencial para a produção de energias renováveis (solar, eólica, biomassa);
- elevada expressividade de recursos biológicos, com potencial para criação de valor económico, social e ambiental acrescentado.

PONTOS FRACOS

- reduzida exploração do potencial de exploração e produção de energias renováveis;
- elevado peso dos combustíveis fósseis no consumo de energia;
- elevado peso do setor dos transportes no consumo total de energia utilizada;
- solos degradados.

Sustentabilidade e Clima

OPORTUNIDADES

- maior aposta nos mercados locais e nos circuitos de proximidade;
- sensibilização e divulgação sobre a educação ambiental;
- fomento do aumento da produção de biomassa;
- potencial de criação de cadeias de valor associadas à valorização de bio resíduos e produtos e subprodutos de base biológica – na lógica da bioeconomia;
- aposta na sensibilização e divulgação junto das populações de modos de consumo e produção mais sustentáveis;
- atingir a neutralidade carbónica – pela expressividade e importância da superfície florestal - incentivar a utilização/compra de créditos de carbono.

AMEAÇAS

- território sujeito a fenómenos e eventos climáticos extremos (e.g. secas, ondas de calor, precipitação intensa, inundações);
- resistência ao investimento em formas de produção de energia mais sustentáveis;
- elevados valores do investimento em formas de produção de energia mais sustentáveis.

PONTOS FORTES

- existência de vários parques eólicos no território;
- existência de uma central de produção de biomassa no território (Palser – Sertã);
- ações de formação de promoção ao conhecimento digital;
- elevado número de alunos (ensino não superior) com computador com acesso à internet
- disponibilização de espaços de *coworking* nos municípios – com *wi-fi* gratuito;
- crescente cobertura de internet em banda larga.

PONTOS FRACOS

- elevado peso dos transportes (especialmente dos privados) no consumo de energia;
- elevado consumo de energia de fontes não renováveis;
- potencial de produção de energia eólica ainda não atingido;
- cobertura de internet em banda larga ainda relativamente baixa e inferior à média nacional;
- baixa profissionalização e inovação nas explorações agrícolas;

Transição Climática e Digital

OPORTUNIDADES

- elevado potencial para a produção de energias renováveis (biomassa, solar, eólica, hídrica);
- Criação de rede de “Aldeias Bio” – com componente de digitalização incorporada (na formação dos cidadãos e nos processos produtivos);
- fomento do investimento em utilização de energias renováveis na agricultura e na silvicultura;
- ações de formação de promoção ao conhecimento e inclusão digital
- fomento da digitalização de processos na agricultura e na silvicultura, que pode contribuir para o aumento da eficiência;
- agricultura de precisão com possibilidade de monitorização, gestão eficiente dos recursos (solo e água) e adaptação às alterações climáticas.

AMEAÇAS

- resistência ao investimento em formas de produção de energia mais sustentáveis;
- elevados custos de investimento em formas de produção de energia mais sustentáveis;
- envelhecimento populacional pode resultar numa menor facilidade no acesso ao conhecimento digital;
- resistência à implementação de novas tecnologias nos processos relacionados com a agricultura e silvicultura;

PONTOS FORTES

- base alargada e diversificada de entidades parceiras;
- utilização da abordagem LEADER no envolvimento dos parceiros e comunidades locais e no e na gestão dos instrumentos de financiamento e de desenvolvimento de base local disponíveis;
- cooperação interterritorial com outros GAL (p.e. nos domínios do turismo, bioeconomia, etc)
- parcerias com entidades públicas e privada em projetos de inovação social;
- realização de várias ações de informação e sensibilização junto da sociedade civil (sobre temas como a agricultura biológica, a educação ambiental, etc.);
- articulação da estratégia e ação com entidades locais, municipais, supramunicipais e regionais.

PONTOS FRACOS

- burocratização dos procedimentos – e.g. excessiva complexidade na preparação e avaliação das candidaturas submetidas pelos beneficiários;
- padronização das diretrizes e orientações a aplicar, muitas vezes menos enquadradas na realidade do território;
- insuficiência de recursos humanos face às necessidades e à burocratização dos processos.

Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil

OPORTUNIDADES

- aumento da cooperação e ligação com as entidades parceiras ao longo do processo de implementação e desenvolvimento do DLBC;
- utilização de abordagens colaborativas no envolvimento das comunidades locais;
- Multiplicação das iniciativas e projetos de inovação e inclusão social;
- Aumento do nível de transparência dos processos e resultados, junto dos parceiros e da sociedade civil
- aumento de ações de animação local;
- Cooperação com universidades em projetos de investigação e inovação.

AMEAÇAS

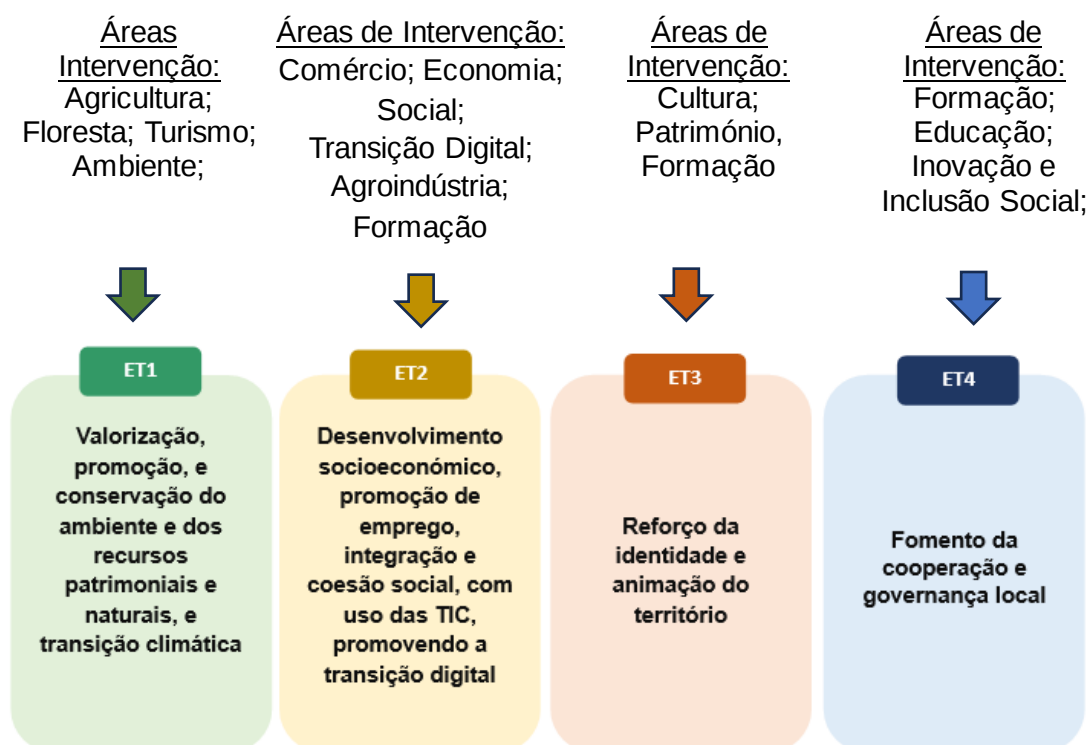
- possibilidade de sobreposição/confusão decorrente da articulação com as estratégias regionais e sub-regionais;
- possibilidade de desinteresse das populações (ou de certos grupos) pelas ações de informação e sensibilização realizadas;
- eventuais dificuldades provocadas pelos processos de descentralização de competências;
- atraso nos processos e diminuição da capacidade de gestão burocrática, pela insuficiência de recursos técnicos e humanos disponíveis.

5. Identificação dos enfoques temáticos a que a parceria pretende dar reposta através da implementação da EDL, articulados com as áreas de intervenção que serão mobilizadas no âmbito do PEPAC no continente, assim como objetivos e metas traçadas tendo em conta os resultados a atingir. Os desafios devem corresponder aos enfoques temáticos escolhidos e aos respetivos objetivos quer enquadráveis no âmbito do PEPAC quer de outros fundos, sendo que nos enfoques temáticos no âmbito do PEPAC deverá existir uma correspondência com necessidades principais, necessidades complementares e resultados definidas na presente OTE.

MISSÃO: Promover o desenvolvimento sustentável, a cidadania ativa e a coesão territorial na região de abrangência do GAL Pinhal Maior

VISÃO: Ser uma parceria fundamental para o desenvolvimento coeso do território, através da cooperação, inovação e valorização dos recursos e sinergias locais em articulação com as instituições científicas, tecnologias, sociais económicas para uma melhor qualidade de vida das populações.

ENFOQUES TEMÁTICOS:



ET1: Valorização, promoção, e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais, transição climática

- O1** – Garantir a sustentabilidade como paradigma, através de um modelo de desenvolvimento que integre a preservação e proteção ambiental e a promoção dos serviços dos ecossistemas;
- O2** – Valorizar os recursos endógenos locais: viticultura, frutos secos, medronho, olival, micologia, fileira caprina, fileira ovina, apicultura, ervas aromáticas e medicinais;
- O3** - Estimular a atividade agrícola (nomeadamente o Modo de Produção Biológico), promovendo-o como um dos pilares de desenvolvimento do território, pelas vantagens a nível ambiental, social e económico;
- O4** – Promover incubadoras de produtos da terra, apostando nas cadeias curtas de comercialização e nos mercados de proximidade;
- O5** – Valorizar a sazonalidade da produção agrícola e, na impossibilidade de o produto ser totalmente comercializado, apostar na sua transformação, garantindo o mínimo de perdas e/ou desperdício;
- O6** – Reduzir o desperdício alimentar e promover hábitos alimentares mais saudáveis e sustentáveis, através dos princípios da Dieta Mediterrânica e do PNAES (Programa Nacional de Alimentação Equilibrada e Sustentável);
- O7** – Promover a criação de uma rede de Aldeias-Bio–enquadrada nos pressupostos das “Aldeias Inteligentes” – e trabalhar para o reconhecimento da marca “Biossítios”, através da valorização da Agricultura Biológica e do Turismo de Descoberta.
- O8** – Incrementar a aposta na atividade turística enquanto mais-valia local e potenciadora da valorização do património natural e cultural –Turismo de Descoberta;
- O9** – Promover a valorização da fileira florestal, dos recursos cinegéticos e pesca de águas de interior, e as sinergias entre setor florestal, agrícola, ambiental e a paisagem;
- O10** – Garantir a transição climática, inerente a uma agricultura mais sustentável e a uma economia mais competitiva, circular, que aposta nas energias renováveis, e resiliente às alterações climáticas.

ET2: Desenvolvimento socioeconómico, promoção de emprego, integração e coesão social, com uso das TIC promovendo a transição digital

- 01** – Criar condições favoráveis à atração e fixação da população;
- 02** - Apoiar a criação de emprego e de condições favoráveis à instalação e fixação de empresas e à atração de investimento público e privado;
- 03** - Estimular o empreendedorismo qualificado e criativo, a diversificação da atividade económica local, as relações de cooperação entre empresas e instituições, a inovação nos processos produtivos, tecnológicos e digitais, bem como a sua competitividade e internacionalização, aproveitando as TIC promovendo, assim, a transição digital;
- 04** – Promover a qualificação da população ativa e a capacitação da população imigrante através da formação ao longo da vida e do apoio à aquisição de competências técnicas e digitais necessárias para potenciar o desenvolvimento do território, a inovação nas empresas e a melhoria da qualidade de vida da população;
- 05** – Melhorar a acessibilidade das populações a serviços de interesse geral, promovendo a coesão social e a melhoria da qualidade de vida;
- 06** – Assegurar, com as instituições que atuam no campo social e solidário, a coesão e as equidades sociais, promovendo a cidadania e a igualdade de género;
- 07**-Reforçar a capacitação de atores locais com competências específicas, nomeadamente de comunicação, que contribuam para a inclusão, inovação e empreendedorismo social.

ET3: Reforço da identidade e animação do território

- 01** – Valorizar o património cultural (material e imaterial) com interesse coletivo;
- 02** – Preservar e promover as artes e os ofícios tradicionais;
- 03** – Apostar na dinamização cultural como fator de desenvolvimento e garante da preservação da identidade territorial.

ET4: Fomento da cooperação e governança local

- 01** – Promover a cooperação interterritorial, intraterritorial e transnacional;
- 02** – Promover a utilização de abordagens colaborativas, que envolvam a comunidade local, assentes nos pressupostos de uma governança ativa, ao longo da implementação e desenvolvimento da EDL;
- 03** – Garantir a metodologia LEADER, através da utilização de abordagens integradas, transversais às relações verticais e horizontais da parceria, bem como aos instrumentos de financiamento e de desenvolvimento de base local disponíveis;
- 04** – Fomentar o trabalho em rede com a colaboração dos parceiros – públicos e privados – na criação de iniciativas destinadas a responder a problemas sociais, de forma inovadora e inclusiva;
- 05** – Desenvolver atividades que favoreçam a cooperação e desenvolvimento empresarial;
- 06**– Garantir a existência de mecanismos de avaliação e monitorização de implementação da EDL.

	ET1	ET2	ET3	ET4
Necessidades Principais	PTOE8N1; PTOE8N2; COE8N1; COE8N2; COE8N5; COE8N6.	PTOE8N1; COE8N1; COE8N7; COE8N2; COE8N5	PTOE8N1; COE8N1; COE8N2	PTOE8N1; COE8N2; COE8N7.
Necessidades Complementares	COE1N5; COE2N1; PTOE2N1; PTOE4N1; COE4N5; PTOE4N2; PTOE6N1; COE6N4; COE6N5; COE6N6; COE9N5	COE1N5; COE7N5; COE9N8; PTOTN1; PTOTN2; PTOTN4; PTOTN3	PTOTN2; COE2N1;	COE9N8; PTOTN2; PTOTN3; PTOTN4
Indicadores de Resultado	R.39; R.40; R.9; R10;R.15; R.17;R.18	R.39; R.10; R.18; R.37; R.9;R40 R.41,R.42	R.40;R.41	R.39;R.40;R.41;R.42;

Tabela 1 – Relação entre as Necessidades Principais, as Necessidades Complementares e Indicadores de Resultado do PEPAC

6. Identificação das reuniões, eventos e outros momentos de envolvimento com as comunidades locais, tendo em vista a elaboração das EDL e a constituição/reforço da parceria (nomeadamente através de evidências fotográficas, registo de presenças, relatórios e conclusões de sessões)

O processo de elaboração da EDL Pinhal Maior assentou na utilização de abordagens colaborativas, nomeadamente através da realização de sessões de divulgação, informação e recolha de contributos, junto das populações locais e organizações culturais, recreativas, desportivas, empresariais e educativas dos cinco municípios, bem como reuniões com a Assembleia Geral e os Parceiros:

- Nº de reuniões com os sócios/parceiros – 3; realizadas no dia 04/07/2023 (1ª reunião com a AG); 27/07/2023 (Reunião com a AG e parceiros para aprovação da estratégia final); 02/08/2023 (Reunião com a AG Assembleia de Parceiros para assinatura e aprovação final da EDL Pinhal Maior);
- Nº de reuniões direcionadas à comunidade e às organizações culturais, desportivas, recreativas empresariais e educativas dos cinco municípios: 15; Município de Oleiros (13/06/2023 e 18/07/2023), Município de Vila de Rei (12/06/2023 e 13/07/2023), Município de Proença-a-Nova (14/06/2023 e 19/07/2023), Município de Sertã (13/06/2023 e 17/07/2023), Município de Mação (16/06/2023 e 24/07/2023); Agricultores do projeto “Bioberço da Lusitânia” (15/07/2023), Participantes e Produtores de “Os Quintais nas Praças do Pinhal” (19/06/2023), União de Freguesias de Ermida e Figueiredo (07/06/2023), Junta de Freguesia de Castelo (14/06/2023), Junta de Freguesia do Cabeçudo (16/06/2023).

De seguida, apresentam-se algumas evidências fotográficas do processo de envolvimento com as comunidades locais (para mais evidências consultar Anexos).



Figura 2 – Registos fotográficos de algumas sessões realizadas

7. Evidência da articulação da EDL proposta, com as diferentes estratégias regionais e sub-regionais, temáticas ou generalistas, para as quais perspetivam uma mais-valia para a implementação da EDL.

A visão delineada para o território de intervenção da Pinhal Maior encontra-se de acordo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, nomeadamente no que concerne aos “Objetivo 2: Erradicar a fome” **(ET1, ET2)**; “Objetivo 5: Igualdade de género” **(ET2, ET3)**; “Objetivo 7: Energias renováveis e acessíveis” **(ET1, ET2)**; Objetivo 11: Cidades e comunidades sustentáveis - Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo” **(ET1, ET4)**; “Objetivo 12: Produção e Consumo Sustentáveis” **(ET1)**, “Objetivo 13: Ação Climática” **(ET1)**, “Objetivo 15: Proteger a Vida Terrestre” **(ET1, ET4)**. Os paradigmas inerentes aos ODS, pela sua transversalidade e características intrínsecas, constituem-se como referência para a definição da presente estratégia. Ao mesmo tempo, a EDL Pinhal Maior tem em conta os documentos de referência das estratégias integradas de desenvolvimento territorial da CIM Médio Tejo e da CIM Beira Baixa, nomeadamente relacionadas com as orientações estratégicas e programas temáticos inerentes à valorização e coesão territorial, preservação dos recursos naturais e culturais, inovação social, competitividade económica **(ET1, ET2, ET3, ET4)**. Ainda a nível regional, importa destacar o enquadramento da Visão Centro 2030 na estratégia da Pinhal Maior, nomeadamente em relação aos desafios da “redução dos níveis de vulnerabilidade dos territórios mais interiores e da recuperação da sua imagem e resiliência como possíveis atratores de iniciativas, de jovens e de investimento” **(ET2, ET3)** e da “resiliência e atração de pessoas e investimento aos territórios mais interiores com mudanças estruturais dos seus sistemas produtivos de modo a integrar a situação de stresse hídrico em que tais territórios estão mergulhados” **(ET1, ET2, ET3, ET4)** (Visão Centro 2030). Os objetivos estratégicos para o território da Pinhal Maior, acima mencionados, encontram-se alinhados com os “Domínios Diferenciadores”, da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro – Revisão 2021-2027 - Recursos Naturais e Bioeconomia (água, floresta, agroalimentar) **(ET1)**; Materiais, *tooling* e tecnologias de produção **(ET1, ET2)**; Tecnologias digitais e do espaço **(ET1, ET2)**; Energia e clima **(ET1, ET2, ET4)**; Saúde e bem-estar **(ET1, ET2, ET4)**; Cultura, criatividade e turismo **(ET1, ET2, ET3, ET4)**. No caso da EIDT do Médio Tejo, a Estratégia da Pinhal Maior encontra-se alinhada, nomeadamente, com as orientações estratégicas OE2 e OE4 (OE2. Qualidade de vida pela promoção da coesão distinta: atratividade populacional, inclusão e inovação social **(ET1, ET2, ET4)**; OE4. Resiliência do território e das suas articulações: afirmação funcional e equilibrada) **(ET1, ET2, ET3, ET4)**. Na mesma linha, encontra-se a articulação com os objetivos estratégicos da CIM Beira Baixa para o horizonte 2030: Cooperação transfronteiriça, Potencial Endógeno, Qualificação Urbana, Acesso a Serviços de Interesse Geral, Conetividade Física e Digital, Inclusão Social **(ET1, ET2, ET3, ET4)**. Para além disto, os objetivos da presente estratégia encontram-se, também, em linha com os Eixos de atuação do Programa de Valorização do Interior: Eixo 1: Valorizar os Recursos Endógenos e a Capacidade Empresarial do Interior **(ET1, ET2)**; Eixo 2: Promover a Cooperação Transfronteiriça para Internacionalização de Bens e Serviços **(ET3)**; Eixo 3: Captar Investimento e fixar Pessoas no Interior **(ET2, ET3)**; Eixo 4: Tornar os Territórios do Interior mais Competitivos **(ET1, ET2, ET3, ET4)**. É ainda de relevar o enquadramento nos objetivos estratégicos e linhas de ação da Intervenção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior 21-27: “Nova geração de serviços em meio rural; valorização dos ativos diferenciadores **(ET1, ET2, ET4)**; Incubadora demográfica – atração e retenção de população em idade ativa, em especial jovens **(ET1, ET4)**; Promoção das Indústrias culturais e criativas **(ET1, ET4)**; Incentivos de Base Territorial para estímulo ao investimento” **(ET1, ET2)**. Neste mesmo seguimento, serão também tidas em conta as estratégias municipais para o horizonte temporal 2030.

8. Definição das áreas de intervenção da EDL que pretendem ver mobilizadas através do PEPAC, por via da implementação de um plano de implementação específico, com estabelecimento do peso percentual de alocação de verbas e de metas a atingir.

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	ENFOQUES TEMÁTICOS	INDICADORES DE RESULTADO	% ALOCAÇÃO VERBAS FEADER (por Área de Intervenção)
Agricultura; Floresta; Turismo; Ambiente	ET1	R.39;R.40;R.9;R.10;R.15; R.17;R.18	55%
Comércio; Economia; Social; Transição Digital; Agroindústria	ET2	R.37;R.39;R.40;R.41; R.42;R.9;R.10;R.18	30,5%
Cultura; Património	ET3	R.40;R.41	10%
Formação; Educação; Inovação e Inclusão Social	ET4	R.41;R.42	4,5%

Tabela 2 - Plano de Implementação - Áreas de Intervenção, com estabelecimento do peso percentual de alocação de verbas e de metas a atingir.

9. O Plano de Ação deverá ser estruturado tendo em conta as intervenções que o GAL considere serem passíveis de implementação através de medidas existentes no regulamento FEADER, tendo em conta os objetivos específicos, necessidades e quadro de ligação com os indicadores de resultado do PEPAC.

Plano de Ação	R.37	R.39	R.40	R.41	R.42	R.9	R.10	R.15	R.17	R.18	OE's PEPAC
ET1	0%	2%	1%	0%	0%	15%	14%	5%	10%	8%	OE1,OE3,OE4,OE5,OE6,OE7,OE9
ET2	5%	8%	2%	1,5%	2%	5%	5%	0%	0%	2%	OE1,OE2,OE7,OE8
ET3	0%	0%	3%	7%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	OE7,OE8
ET4	0%	0%	0%	1,5%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	OE3,OE8
TOTAL	5%	10%	6%	10%	5%	20%	19%	5%	10%	10%	
Necessidades Principais	PTOE8N1; PTOE8N2 COE8N1; COE8N7; COE8N2; COE8N5.	PTOE8N1; PTOE8N2 COE8N1; COE8N7; COE8N2; COE8N5.	PTOE8N1; PTOE8N2; COE8N2; COE8N5; COE8N6; COE8N7	PTOE8N1; PTOE8N2; COE8N1	PTOE8N1; COE8N1; COE8N7	PTOE8N1; PTOE8N2; COE8N1	PTOE8N1; PTOE8N2; COE8N1; COE8N2;	PTOE8N1; PTOE8N2; COE8N1; COE8N5	PTOE8N2; COE8N5; COE8N6	PTOE8N2; COE8N5; COE8N6	
Necessidades Complementares	COE1N5; COE2N1; COE6N6; COE7N5;	COE1N5; COE2N1; COE6N6; COE7N5;	COE2N1; PTOE4N1; PTOE4N2; PTOE6N1; COE6N5; COE6N6; PTOTN1; COE9N5	PTOE2N1; COE7N5; PTOTN4	PTOE2N1; COE7N5; COE9N8; PTOTN4; PTOTN3.	COE1N5; PTOE2N1; PTOE4N1; COE4N5; PTOE4N2; PTOE6N1; COE6N5; COE6N6.	COE1N5; COE6N5; COE2N1; COE9N5.	PTOE2N1; COE4N5; PTOE4N2;	COE2N1; PTOE4N1; COE4N5; PTOE6N1; COE6N4; COE6N5; COE6N6; PTOTN2; PTOTN4; PTOTN3	COE2N1; PTOE4N1; COE4N5; PTOE6N1; COE6N4; COE6N5; COE6N6; PTOTN2; PTOTN4; PTOTN3	

Tabela 3 – Plano de Ação